



# UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO ESPECIALIZADA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Luevely Rogério do Prado Castro– luevely2010@hotmail.com

---

## RESUMO

Esta pesquisa propõe investigar sobre a formação especializada do professor no contexto da inclusão escolar de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando analisar as experiências de professores nesta área, com objetivo de desenvolver uma reflexão quanto à formação e atuação do professor, preparação e disposição de recursos na instituição escolar e a influência da família no desenvolvimento do aluno. Pois, o ambiente escolar, familiar e social da criança é de fundamental importância para o desenvolvimento intelectual e aprendizagem destes alunos. A tarefa dos educadores é desafiadora, pois cada criança possui particularidades e estão inseridos em realidades diferentes, exigindo assim qualificações. A metodologia é de base qualitativa, com fundamentação teórica, documental e aplicação de um questionário investigativo. Os resultados apontam que o entendimento e a atuação dos profissionais da educação e da família evoluíram, mas ainda pode ser aprimorada em vários aspectos, inclusive na formação específica do educador.

**Palavras-Chave:** Concepção do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Formação específica do professor. Ambiente de aprendizagem.

---

## INTRODUÇÃO

O presente artigo elege como tema de investigação a inclusão escolar das crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), tendo como problematização a importância da formação especializada do professor na contribuição do desenvolvimento de alunos com TEA.

O trabalho desenvolvido por professores na área de inclusão com crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autismo (TEA), não é fácil, podendo ser muito desafiador, exigindo assim do profissional uma formação especializada, vivências e experiências que possibilitam adaptações à realidade do aluno. De modo geral, essas crianças são inseridas na rede de ensino regular (tendo direito a um professor de apoio para acompanhamento) e o auxílio de escolas inclusivas onde esse aluno irá receber intervenções para sua dificuldade, pois, nem uma criança tem a mesma característica que a outra, existindo uma distinção no diagnóstico, podendo apresentar um grau mais severo ou moderado de autismo.



O objetivo geral de embasamento da pesquisa constitui-se da análise e levantamento de dados acerca da experiência de um professor da área da inclusão, para obter informações sobre a importância do professor no desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir das experiências do professor. Mostrando a importância da formação para receber esse aluno.

Em relação aos objetivos específicos as questões investigativas se fundamentaram em: analisar a formação de professores que atuam com alunos com TEA e se estão tendo formação continuada especializada para este público alvo; observar como a formação e atuação dos professores têm contribuído no desenvolvimento do aluno com TEA; identificar se as instituições escolares estão se preparando adequadamente para receber os alunos diagnosticados com TEA; compreender sobre a influência e participação da família no desenvolvimento do aluno com TEA.

O interesse da problematização e temática que norteou a pesquisa se deram na percepção durante um estágio de situações em que os alunos com esta patologia serem vistos como pessoas doentes impossibilitadas de aprender, e muitas vezes taxadas de forma discriminatória por seus colegas e algumas vezes pelos próprios professores, ocorrendo ao invés da inclusão a exclusão do aluno na sala de aula. Sendo assim, surgiu a necessidade de compreender como os professores da rede pública de Anápolis estão se preparando e recebendo estes alunos nas instituições, que recursos e adaptações as escolas estão disponibilizando a estes alunos e como as famílias têm recebido e contribuído com o desempenho deste aluno.

Os resultados desta pesquisa trará mais luminosidade para os professores que trabalham com esses alunos, tendo como uma observação importante que a formação continuada especializada é um ponto indispensável, seguido do uso de recursos e metodologias adequados às necessidades dos educandos. Além de ressaltar a importância do aluno com TEA ser inserido na escola regular de ensino (sendo este e um direito assegurado por lei), pois, ter o convívio apenas com colegas que têm a mesma patologia não é muito benéfico para seu desenvolvimento, necessitando de ter o contato com as duas realidades.

Esta pesquisa possibilitará exteriorizar as dificuldades e desafios enfrentados pelos professores, pela instituição e pela família destas crianças na busca da inclusão garantida por lei, que em muitos aspectos ainda não está presente na prática. Serão explorados dados e estudos que comprovam que essas crianças com patologias são cidadãos com os mesmos direitos de convivência, e precisam de um olhar atento às suas demandas.



Essa pesquisa foi realizada com a aplicação de um questionário para coleta e levantamento de dados, com revisão bibliográfica e documental. O desenvolvimento desta proposta de pesquisa teve duração de um semestre, incluindo tanto o estudo bibliográfico como a aplicação e análise do questionário, sendo de base qualitativa.

O estudo bibliográfico, teve início no segundo semestre de 2019 tendo prosseguimento no 1º semestre de 2020. Este estudo abrangeu a pesquisa, leitura e análise de: livros, artigos e documentos de bases legais, com o intuito de obter e compreender os resultados sobre o que foi estudado pelos autores, e o que está exposto nas bases legais sobre o assunto, a fim de perceber as ideias e conclusões desses autores sobre a temática.

Foram usados para embasamento teórico os autores, Battisti e Heck (2015), Veras e Castro (2018), Deminco (2018), Sampaio (2018), Bueno (2009) e Cortes (2015), e para fundamentação documental a Constituição Federal da República do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista (2012), um documento do Ministério da Saúde (2000) para orientação dos pais, Declaração de Salamanca (1994), O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990a) e o documento do Sistema Único de Saúde (1990b).

Em relação a aplicação do questionário para coleta de dados, este foi realizado com uma professora da rede pública de Anápolis, para análise e observação da importância da formação do professor para atuar com alunos autistas, e o desenvolvimento desses alunos. Depois de apurado esses dados, eles foram analisados para apresentação do trabalho de conclusão de curso, requerido pela Faculdade Católica de Anápolis, para conclusão do curso de Pedagogia.

Com isso, espera-se que essa pesquisa possa contribuir com pedagogos ou outros profissionais que trabalham ou trabalharão com crianças com esta patologia, visando uma melhoria no ensino e ao mesmo tempo viabilizando mais oportunidade para todos.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### **01 - Da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola à formação do professor**

Estudos desenvolvidos no âmbito da educação especial e inclusiva fomentam uma pauta imprescindível, sendo esta a importância da formação especializada do professor. Na atualidade, percebeu-se que além de uma formação especializada para a educação especial e



inclusiva de modo geral, comprovadamente existe a necessidade da especialização do professor em diferentes áreas de atuação, pois, há diversos tipos de demandas e especificidades no atendimento aos educandos.

Dentre eles, há o Transtorno do Espectro Autista (TEA) - popularmente conhecido como autismo, estudos recentes exprimem um aumento significativo de crianças e adolescentes com TEA que frequentam a escola regular, exigindo assim uma adaptação da escola, compreensão e preparação dos professores para receber este público.

O diagnóstico denominado como Transtorno do Espectro Autista (TEA) não é algo fácil, e muitas famílias são resistentes em procurar ajuda, pois, TEA não é uma doença e sim, uma personalidade diferente, onde muitas crianças podem ter altas habilidades ou dificuldade de aprendizado.

De acordo com os estudos realizados ao longo do curso de Pedagogia, e do estudo de autores relacionados à temática do TEA, foi possível compreender que existem diferentes aspectos, alguns generalizados e específicos, relacionados à aprendizagem e ao desenvolvimento cognitivo e social de crianças, adolescentes e adultos.

Historicamente é notado que por muito tempo o TEA foi incompreendido pela sociedade, e portanto os indivíduos que nasciam com este diagnóstico não recebiam a devida atenção que precisavam, e por isso, sofreram discriminação deixados muitas vezes de lado, e não sendo entendidas como agentes capazes de socializar e aprender.

O autor Marcus Deminco (2018), em seu artigo descreve que a psicopatologia está diretamente ligada com diferentes áreas do conhecimento. Sobretudo, entre a Psicologia, Psicanálise, Neurologia e Psiquiatria. Dessa forma, devido aos muitos discursos que ela abrange possui uma grande dificuldade de coesão teórica.

Segundo documento do Ministério de Saúde (2000), intitulado “Autismo: orientação para os pais”, o autismo “é um estado que sempre existiu em todas as épocas e culturas” (p.8), no entanto só foi descoberto nos anos 40 do século passado, pelos médicos Leo Kanner e Hans Asperger. Sendo seguido de outros estudos realizados por estes médicos e de outros pesquisadores, o diagnóstico conhecido atualmente, assim como as suas características e delimitações foram alcançadas. Este documento cita algumas características reconhecidas, que podem se apresentar em conjunto ou isoladamente em autistas:

Apresentam isolamento mental, daí o nome autismo. Esse isolamento despreza, exclui e ignora o que vem do mundo externo; – possuem uma insistência obsessiva na repetição, com movimentos e barulhos repetitivos e estereotipados; – adotam elaborados rituais e rotinas; – têm fixações e



fascinações altamente direcionadas e intensas; – apresentam escassez de expressões faciais e gestos; – não olham diretamente para as pessoas; – têm uma utilização anormal da linguagem; – apresentam boas relações com objetos; – apresentam ansiedade excessiva; – não adquirem a fala ou perdem a anteriormente adquirida. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2000, p.8)

Conforme exposto por Battisti e Heck (2015) em sua pesquisa, após estudar diferentes autores e pesquisadores desde Kanner e Asperger, conclui-se que “o autismo compromete três áreas importantes no desenvolvimento da criança: a interação social, a comunicação e o comportamento” (p.8). Ainda segundo os autores citados, existe toda uma classificação para o autismo, sendo necessário o uso de diferentes sistemas para se realizar o diagnóstico, que necessita ser feito por “um profissional especializado, podendo ser um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado na área do autismo” (MELLO, 2007 apud BATTISTI E HECK, 2015, p.8).

A Constituição Federal de 1988, dentre outros documentos como: O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990a, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), assim como o documento do Sistema Único de Saúde (SUS) instituído pela Lei 8.080/1990b, apontam e garantem os direitos que todo cidadão brasileiro tem de ter acesso a saúde e a educação, e quando necessário receber atendimento educacional especializado e personalizado mediante necessidades especiais diversas.

No entanto, mesmo com documentos precedentes, percebe-se que o movimento voltado especificamente para a inclusão escolar teve força apenas a partir da década de 90, sendo a Declaração de Salamanca de 1994 uma grande influenciadora para;

A formulação das políticas públicas da educação inclusiva. De acordo com a declaração o princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças aprendam juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter (BATTISTI e HECK, 2015, p.11).

Sendo assim, toda criança diagnosticada com TEA, tem por direito receber atendimento especializado e serem recebidas não apenas em escolas inclusivas, mas também nas escolas regulares. E é neste contexto que professores e demais profissionais da educação irão exercer um papel fundamental no desenvolvimento e aprendizagem desta criança.

Atualmente muitas crianças têm recebido o atendimento especializado garantido e assegurado por lei, mas infelizmente no Brasil ainda existem muitas lacunas na educação que impossibilita que todas as crianças com necessidades especiais recebam o atendimento que



precisam. Como exposto por Battisti e Heck (2015, p.12) “As escolas brasileiras também vêm sofrendo, grandes dificuldades como a falta de recursos e despreparo dos professores, o que pode afetar a permanência das crianças com deficiência na educação”. Pois,

Para que o educador consiga fazer essa relação sobre o que e como ensinar o aluno com autismo é necessária formação adequada, caso contrário a metodologia utilizada em sala não servirá para alcançar o objetivo desejado, que é a aprendizagem. Esse é um grande problema encontrado nas escolas, pois os professores não estão preparados para lidar com essas crianças, pela falta de formação (BATTISTI e HECK, 2015, p.17).

Esse aspecto do despreparo de professores/educadores na educação especial precisa ser solucionado para se alcançar melhores resultados no atendimento dos alunos com necessidades especiais. Em concordância com o entendimento da importância da escola e profissionais estarem preparados para receber crianças com TEA, Veras e Castro (2018, p.305-306), apontam que “Por causa da natureza do autismo, as crianças com este transtorno precisam de um ambiente consistente e de apoio para fazer o progresso educacional ideal”, e portanto;

As escolas devem procurar criar ambientes que ajudem nas ações, a fim de que sejam moldadas no modelo pedagógico de cada instituição de ensino, respeitando a hegemonia de cada aluno e mostrando que todos são capazes de aprender, com estratégias que possam ser agregadas às práticas escolares e se reconsidere que caso diminua as atividades e interação dos alunos, pode ocorrer o insucesso do projeto. (VERAS E CASTRO, 2018, p.305-306)

Ou seja, se a escola recebe um aluno com TEA e não desenvolve nenhum tipo de adaptação especializada para recebê-lo, a real inclusão deste aluno nunca acontecerá. Nesta situação a criança ou adolescente só se sentirá mais excluído e muitas vezes até sofrendo discriminação dos demais colegas.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB (1996, p.25) em seu capítulo V, no artigo 59, trata de pontos que os sistemas de ensino precisam assegurar aos educandos com necessidades especiais, e além de métodos, técnicas, criação de currículos específicos e recursos apropriados aponta no terceiro item da necessidade de “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, pois, mesmo que dispondo de todos os recursos sem profissionais habilitados, não é possível ser realizado um atendimento de qualidade.



Assim como a LDB, enfatiza a importância da formação especializada do professor, a Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que dispõe a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aponta no seu 2º artigo/VII “o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis”. Valendo ressaltar que, além do trabalho desenvolvido pelos educadores que precisam de uma formação especializada, os pais também têm um papel importante no desenvolvimento da criança com TEA.

Em conformidade, o documento do Ministério da Saúde (2000), que tem como objetivo principal ajudar os pais e familiares na relação com a criança com TEA, aponta que o “convívio com um autista é por demais desgastante pois exige dos familiares uma atenção permanente”, assim como que o “autista faz parte de uma determinada família, que possui características singulares e, para que se possa de fato beneficiá-la, é preciso que os caminhos propostos para ele também acolham a sua família” (p.14-15).

Sendo assim, o educador/professor preparado tem esta percepção e, portanto, estará atento ao que as autoras enfatizam que:

Quando a criança chega à escola os professores devem ter em mente que além de conteúdos escolares a serem aprendidos pela criança é necessário que ele se torne independente, capaz de desenvolver atividades do dia-a-dia por si só, pois muitas vezes os pais realizam tarefas que as crianças poderiam realizar sozinhas (BATTISTI e HECK, 2015, p.16).

Ou seja, os autores e leis citados anteriormente apresentam em concordância a importância de que tanto a família como os profissionais da educação necessitam de compreender as necessidades e especificidades da criança ou adolescente com TEA, e necessitam ter segurança em sua atuação e acompanhamento. Assim sendo:

A atuação do professor é imprescindível para que a política de inclusão entre nas escolas de forma a proporcionar condições de igualdade entre todos os alunos. É de suma importância que as famílias sintam segurança ao entregar seus filhos numa Instituição educativa, mesmo sabendo que ainda há muito que corrigir realizar, desenvolver no que tange a inclusão de alunos com TEA. (SAMPAIO, 2018, p.4).

Por conseguinte, a formação especializada e preparação adequada dos educadores/professores, têm um peso fundamental na inclusão do educando na escola, pois, como discutido pelos autores e documentos destacados, mesmo dispondo de muitos recursos, sem o preparo adequado o atendimento à criança com TEA, não se consolidará de forma



satisfatória. Tal fato, pode ser observado como citado por Sampaio (2018) até mesmo pelos familiares, e portanto, é um ponto que precisa ser aprimorado.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo se desenvolveu a partir de uma revisão bibliográfica com uso de um questionário, sendo de base qualitativa e com uso prioritário de fontes primárias. O estudo bibliográfico, teve início no segundo semestre de 2019 e foi finalizada no 1º semestre de 2020. Este estudo abrangeu a pesquisa, leitura e análise de: livros, artigos, documentos e bases legais, com o intuito de obter e compreender os resultados sobre o que foi estudado pelos autores, e o que está exposto nas bases legais sobre o assunto, a fim de perceber as ideias e conclusões desses autores sobre a temática.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário para professores que atendem na rede pública em Anápolis, para poder ter uma melhor compreensão da importância da formação do professor para atuar com alunos autistas, e o desenvolvimento desses alunos. O intuito da pesquisa era comparar diferentes realidades de professores, utilizando uma média de cinco participações em diante, no entanto devido a pandemia da COVID-19 ocorrida no 1º semestre de 2020, esta proposta foi impossibilitada e foi possível conseguir a contribuição de apenas uma professora.

Para embasamento documental foram usados os seguintes documentos: a Constituição Federal da República do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista (2012), um documento do Ministério da Saúde (2000) para orientação dos pais, Declaração de Salamanca (1994), O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990a) e o documento do Sistema Único de Saúde (1990b). A revisão bibliográfica foi baseada nos autores, Battisti e Heck (2015), Veras e Castro (2018), Deminco (2018), Sampaio (2018), Bueno (2009) e Cortes (2015).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Considerando ser viável para encontrar respostas, analisar e levantar dados acerca da experiência de um professor da área da inclusão, mais especificamente para os que atendem educandos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi utilizado um questionário visando obter informações sobre a importância do professor no desenvolvimento do aluno, como





também mostrar a importância da formação do professor para receber esse aluno, a partir da percepção do professor baseada em suas experiências.

O questionário foi organizado em duas etapas a primeira traçando o perfil e dados específicos da pesquisa no modo de respostas com múltipla escolha, com oito questões. A segunda parte foi elaborada com questões dissertativas abrangendo as experiências do professor entrevistado, composto por 11 questões.

O objetivo inicial era obter a colaboração de pelo menos 5 professoras, para assim ser possível levantar dados suficientes para comparação e percentual de análise de respostas, no entanto foi possível obter apenas um questionário completo e viável para análise da pesquisa.

Sendo assim, o perfil da professora entrevistada corresponde a Atuação na rede pública de Anápolis, tem idade acima de quarenta anos, atua entre 10 e 15 anos, tem formação inicial em Pedagogia e formação continuada em Artes Visuais, Especialista em Recursos de Acessibilidade, Atendimento Educacional para Surdos e Psicopedagogia.

Nos dados específicos da pesquisa, a professora apontou que têm ótima visão acerca da inclusão de alunos com TEA, conceitua ser imprescindível atribuir à adesão da inclusão a estes alunos nas dependências da escola, e tem um bom sentimento com relação à inclusão no ambiente escolar.

No que corresponde aos aspectos da escola que atua, revelou que a instituição se encontra aberta aos alunos com TEA, o ato de inclusão destes alunos é bem explorado pelos educadores da instituição escolar. Em relação a sua atuação, apresentaram que se sente preparada para realizar o atendimento com este público alvo, e que participou de atividade de formação continuada (atualização, capacitação, treinamento, referente à inclusão de alunos com TEA) nos últimos dois anos.

Levando-se em consideração as respostas desta professora, pode-se concluir que a instituição de ensino que se encontra tem procurado atender as demandas básicas asseguradas por lei para receber os educandos com TEA, assim como a preocupação de participar de alguns cursos de formação continuada na área, não foi possível definir se foi de interesse e busca particular da professora em questão, ou se foi proporcionado pela rede pública municipal a todos os professores da área de inclusão.

No entanto, em relação a benefícios provenientes da área de atuação, atualmente os professores não recebem nenhum benefício financeiro, o que em algumas instituições ocorre com o intuito de incentivar a formação continuada.



De acordo com as respostas da entrevistada, a escola de sua atuação tem procurado estar preparada para atender os educandos com TEA, e no que se refere aos recursos disponibilizados em sua escola serem suficientes ou não para o desenvolvimento do perfil do aluno em discussão, a professora responde que “Não dá para validar o desenvolvimento do aluno tendo como base recursos. O desenvolvimento depende de outros fatores além de materiais”, sendo seu maior desafio “Tornar acessível à escolarização”. No entanto ao ser questionada sobre as dificuldades enfrentadas na interação com os alunos com TEA em sala de aula, a professora expôs o seguinte posicionamento: “Aceitação da família em relação ao desenvolvimento da criança, falta de atendimento terapêutico, em algumas unidades escolares a escassez de materiais pedagógicos acessíveis”.

A colocação da professora põe em pauta que existe a dificuldade relacionada aos recursos disponibilizados pela instituição de ensino, que é algo recorrente em muitas instituições, assim como o atendimento com um profissional da saúde especializado não fazer parte da realidade de muitos alunos, contradizendo o que está garantido por lei à estas crianças e adolescentes na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Autista que no artigo 2º, inciso III que menciona ser diretriz da política: “a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes”.

Ao ser questionado sobre a formação específica na área de TEA para atuação com este público alvo responde que

O professor precisa primeiramente se sentir professor dos alunos. De TODOS. As formações serão suporte para um trabalho com menos erros. Não é só conhecimento, vale lembrar que habilidades e competências andam de mãos dadas.

A postura da professora nestas questões mostra concordância em vários aspectos com o que é salientado por diversos autores sobre este aspecto da segurança do professor em sua atuação, à vista disso, Bueno (2009, p.18) afirma:

Uma coisa é certa: dentro das atuais condições não há como incluir crianças com necessidades especiais educativas no ensino regular sem apoio especializado que ofereça aos professores dessas classes, orientação e assistência na perspectiva da qualificação do trabalho pedagógico ali



desenvolvido. E isso demanda a ampliação da visão das dificuldades e potencialidades dos alunos, incluídos os com necessidades educativas especiais.

Mediante critérios expostos na LDB e o que já foi explanado pelos autores Bueno (2009), Battisti e Henck (2015) e Sampaio (2018), sendo também a visão de muitos outros pesquisadores, não existe dúvida que tal fato é grande influenciador na conduta do educador e, portanto, no retorno dos resultados esperados.

Já em relação ao suporte da escola e materiais usados especificamente com os educandos com TEA, a professora aponta que na medida do possível a escola sempre oferece suporte, e que faz uso principalmente da comunicação alternativa.

De acordo com Cortes (2015), a comunicação alternativa, também denominada de Comunicação Alternativa Ampliada (CCA) surgiu nos anos 50 e foi se aprimorando ao longo das décadas até a atualidade, a autora a descreve como “um processo que enfatiza formas alternativas de comunicação visando dois objetivos: promover e desenvolver a fala e garantir uma forma de comunicação”, (CORTES, 2015, p.24). Desta forma;

Se destina a pessoas sem fala e/ou sem escrita funcional e/ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade de falar e/ou escrever. A Comunicação Alternativa tem por objetivo ampliar ainda mais o repertório comunicativo que envolve habilidades de expressão e compreensão e envolve a organização e construção de auxílios externos como cartões de comunicação, pranchas de comunicação, pranchas alfabéticas e de palavras, vocalizadores ou o próprio computador que, por meio de softwares específicos, pode tornar-se uma ferramenta poderosa de voz e comunicação. Os recursos de comunicação de cada pessoa são construídos de forma totalmente personalizada e levam em consideração várias características do indivíduo. (*Ibidem*, p.7).

Esta forma de comunicação alternativa é muito utilizada com alunos com TEA, uma vez que, a dificuldade de comunicação padrão é uma das características marcantes entre eles, é uma maneira em que a criança se sente mais à vontade para se expressar, algumas utilizam apenas imagens, outros usando gestos, e assim por diante.

Ao longo do questionário foi solicitado que fosse compartilhada uma experiência positiva e outra negativa, foram citadas como positiva

Trabalhar com autismo é um misto de sentimento diariamente. Tive uma aluna que estudou na escola desde o 1º ano até o 5º. Quando chegou não socializava com os pares, não fazia contato visual, não atendia comandos e não se interessava por propostas pedagógicas, além de não se alimentar durante o período de aula. Ao finalizar o tempo dela na escola (digo tempo,



porque a unidade só tem anos iniciais), não havia adquirido habilidades na leitura e escrita, mas se desenvolveu nos outros aspectos que muito fazia a família sofrer. Ela brincava, alimentava, interagia com os colegas, entendia as regras, conseguia compreender as comandas. Me perguntava se eu não frustrei por não conseguir “fazê-la ler e escrever”, a resposta é única, NÃO ME FRUSTREI. Pelo contrário as crianças que conviveram com essa aluna, não serão adultos com tantos medos e preconceitos como nossa geração. Ela avançou mais que esperávamos, isso é suficiente.

Essa experiência mostra que o professor não pode desistir de um aluno ao se deparar com grandes dificuldades e limitações, mas encontrar um meio de alcançar este aluno. Mostrando a importância de não desistir do aluno procurando sempre fazer o melhor mesmo quando os resultados vem devagar, pois o desenvolvimento do aluno com essa patologia e mais lento e deve ser trabalhado com a empatia. E como experiência negativa a professora fez menção do seguinte fato:

Uma experiência ruim, foi de uma mãe que tirou da escola o filho que estava se desenvolvendo, não conseguimos saber para onde se mudou. Ela afirmou que não podia deixar seu filho “melhorar” pois poderia perder o benefício que recebia no final do mês.

Esta segunda experiência dialoga com o que foi explanado anteriormente sobre a importância da aceitação e colaboração da família para se ter um bom resultado no desenvolvimento do educando, e com a resposta da professora que colocou ao ser questionada sobre a participação da família e sua importância no desenvolvimento do aluno a seguinte resposta “Faz toda a diferença”, pois, é percebido nesta situação a mãe da criança tirou todas as possibilidades de seu filho se desenvolver e ter alguma autonomia em sua vida.

Como finalização do questionário, foi solicitada uma contribuição para os futuros pedagogos que irão atuar na área em apreço, sendo a recebida: “Ame as pessoas e veja suas habilidades, não as ignore. Não foque o trabalho nas limitações. Ver além do que é visível”.

Esta última contribuição da professora entrevistada, como também sua experiência positiva compartilhada, faz uma alusão ao que Bueno (2009) elucida ao apresentar que uma das grandes dificuldades enfrentadas ao longo dos anos foi a ambiguidades de interpretações em relações às leis e diretrizes da educação especial e inclusiva, e ao realizar uma discussão sobre formação especialista ou generalista conclui que

O problema não reside na oposição entre especialistas ou generalistas. Se por um lado a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira algum tipo de especialização para fazer frente a uma população que



possui características peculiares, tradicionalmente centradas nessas características. Se construirmos uma trajetória de formação de professores que coloque em prática esses princípios, com certeza estaremos contribuindo, dentro do nosso âmbito de ação, para a ampliação efetiva das oportunidades educacionais a toda e qualquer criança com necessidades educativas especiais ou não. (BUENO, 2009, p.24).

Ou seja, se o professor conseguir trabalhar nesta linha de raciocínio, conseguirá ver para além das limitações da criança com TEA, o caminho não é fácil e nem curto, exige muita dedicação e tempo do profissional para se aprimorar, conhecer seu aluno, aprender e buscar técnicas, inovar metodologias, e promover experiências únicas que poderão influenciar o desenvolvimento de seus alunos, e assim como a professora compartilhou sua experiência positiva de motivação, muitos outros poderão ter esta mesma experiência satisfatória.

Enfim, de acordo com a apuração dos dados coletados e da fundamentação teórica e documental a problematização levantada foi alcançada, pois, foi possível perceber que a formação especializada do professor tem uma contribuição indispensável, e através da experiência o professor pode contribuir muito mais conhecendo as especificidades de cada aluno, para trabalhar de forma que traga um ensino significativo. Quanto aos objetivos traçados foi possível fazer a análise de forma parcial às realidades da professora analisada, os aspectos relacionados à formação e atuação do professor, a preparação e disposição de recursos na instituição escolar e a influência e participação da família no desenvolvimento do aluno foram contemplados nas experiências da professora com embasamento teórico e documental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, mediante as reflexões deste trabalho, percebe-se muitos avanços na educação especial – apesar de existir muitas lacunas como algumas já citadas ao longo do artigo –, e que o sucesso da criança com TEA em seu desempenho social e cognitivo depende de uma relação de fatores envolvendo toda a sociedade, só assim a inclusão realmente aconteça, não basta apenas estar resguardado e assegurado em leis e documentos, a prática precisa acontecer, e a formação do professor na educação inclusiva com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), ainda é algo que precisa ser aprimorado.

Diante das leituras realizadas se fez evidente que a formação continuada e especializada do professor, ainda é um obstáculo para muitos profissionais, no entanto, é algo



indispensável, e é necessário que o governo disponibilizasse mais oportunidades, assim como tivesse um olhar mais atento a este público alvo das crianças com TEA, que houvesse um atendimento de qualidade em todas as escolas e não apenas em algumas melhores localizadas ou apenas em escolas inclusivas.

O objetivo desta pesquisa era alcançar um número maior de professores e comparar diferentes realidades, assim como realizar uma pesquisa de campo e acompanhar uma turma de alunos com TEA na rede públicas, mas devido a pandemia da COVID-19 as escolas foram fechadas e impossibilitou a pesquisa de campo, sendo possível assim, apenas realizar o questionário, colocando limitações no desenvolvimento da pesquisa.

No entanto, espera-se que essa pesquisa possa contribuir com pedagogos ou outros profissionais que trabalham ou trabalharão com crianças com esta patologia, visando uma melhoria no ensino e ao mesmo tempo viabilizando mais oportunidade para todos. E que possa mostrar a importância do papel do professor na vida desses alunos que terão a oportunidade de ter um professor capacitado para auxiliar o aluno com TEA em suas dificuldades.

---

## ABSTRACT

This research proposes to investigate on specialized teacher training in the context of school inclusion of students with Autistic Spectrum Disorder (ASD), aiming to analyze the experiences of teachers in this area, in order to develop a reflection on the formation and performance of the teacher, preparation and disposal of resources in the school institution and the influence of the family on the student's development. Because the child's school, family and social environment is of fundamental importance for the intellectual development and learning of these students. The task of educators is challenging, because each child has particularities and are inserted in different realities, thus requiring qualifications. The methodology is of qualitative basis, with theoretical, documentary basis and application of an investigative questionnaire. The results show that the understanding and the performance of education professionals and the family have evolved, but it can still be improved in many ways, including in the specific training of the educator.

**Keywords:** Conception of Autistic Spectrum Disorder (ASD); Conception of Autistic Spectrum Disorder (ASD); Learning environment.

---



## REFERÊNCIAS

BATTISTI, A. V.; HECK, G. M. P. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática.** UFFS. Chapecó, 2015. Disponível em: <<https://rd.uffrs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTISTI%20e%20HECK.pdf>> Acesso em 11 de junho de 2020.

BUENO J.G. S **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** Revista Brasileira de Educação Especial, 2009 (7-25). Disponível em : <[http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/artigos\\_em\\_pdf/revista5numero1pdf/r5\\_art01.pdf](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/artigos_em_pdf/revista5numero1pdf/r5_art01.pdf)> Acesso em 10 de junho de 2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 24 de novembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990a, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)> Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm)> Acesso em: 10 de junho de 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

BRASIL. 2012. Lei nº 12.764/12- Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. 27 de Dezembro de 2012. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBR>>



[O%20DE%202012,11%20de%20dezembro%20de%201990.>](#) Acesso em: 10 de junho de 2020.

CORTES, C. das C. **Comunicação Alternativa:** Um outro olhar para se comunicar. Monografia (graduação em Pedagogia) – Faculdade de Formação de Professores – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: **sobre princípios e métodos, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em 25 de novembro de 2019.

DEMINCO, M. **Psicopatologia:** Definições, Conceito, Teorias e Práticas. Out. 2018. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/psicopatologia/psicopatologia-definicoes-conceitos-teorias-e-praticas>>. Acesso em 10 de Novembro de 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Autismo:** Orientação para pais, Casa do Autista. 2000. Disponível em < [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03\\_14.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_14.pdf) > Acesso em 24 de novembro de 2019.

SAMPAIO, L. M. T. Formação do Professor na Educação Inclusiva e TEA. In. **Anais V CONEDU**, Congresso Nacional de Educação. Olinda, de 17 a 20 de Outubro de 2018.

VERAS, P. R. M. ; CASTRO, R. M. M.de. A inclusão de alunos autistas: Desafios e perspectivas. In: **Anais da VII Semana de Integração.** Inhumas: UEG, 2018, p.299-308.





## APÊNDICE 01

### QUESTIONÁRIO PARA PROFESSOR

Este questionário pretende analisar e levantar dados acerca da experiência de um professor da área da inclusão, para obter informações sobre a importância do professor no desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir das experiências do professor. Mostrando a importância da formação para receber esse aluno. Os dados desse questionário serão analisados e apresentados ao trabalho de conclusão de curso (TCC) em Pedagogia oferecido pela Faculdade Católica de Anápolis. Após a conclusão será disponibilizado a todos interessados. Vale lembrar, que “Não haverá identificação do entrevistado”.

Agradeço pela sua colaboração

#### PERFIL DO RESPONDENTE

Gênero

Feminino       Masculino

Idade

Entre 20 a 25       Entre 25 a 30       Entre 30 a 40       Acima de 40

Anos em sala de aula

Menos de 5 anos       Entre 5 a 10       Entre 10 a 15       Acima de 15



Qual é a sua formação?

---

---

## ESPECÍFICO DA PESQUISA

1. Qual é a sua visão sobre a Inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Ótimo       Bom       irrelevante

2. Que conceito você atribui quanto à adesão da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas dependências da escola que você atua?

imprescindível     importante     secundário     irrelevante

3. Qual o seu sentimento com relação à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar?

Bom       Ruim       Regular       Inexpressivo

4. Como você avalia o movimento inclusivo de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola em que você atua?

Ótimo       Bom       Regular       Fraco       Inexpressivo

5. Em sua opinião a escola em que você atua, está aberta aos alunos considerados com Transtorno do Espectro Autista (TEA)?

Sim       Talvez       Não       Desconheço

6. Sabe dizer ser o ato de incluir um aluno com TEA, é bem explorado pelos educadores da instituição escolar que você atua?

Sim       Talvez       Não       Desconheço

7. Você se sente preparado para realizar o atendimento aos alunos com TEA?



Sim       Talvez       Não       Desconheço

8. Você participou de alguma atividade de formação continuada (atualização, capacitação, treinamento, referente à inclusão de alunos com TEA) nos últimos dois anos?

Sim                                       Não

9. Cite algumas dificuldades que você já enfrentou ou enfrenta durante o processo de interação como o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula:

---

---



## APÊNDICE 02

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- Sua formação ?
- 2- Quanto tempo atua na área ?
- 3- Sua visão como professora da inclusão de aluno com TEA?
- 4- Sabe dizer se onde você atua, tem recursos suficientes para que o aluno com TEA se desenvolva?
- 5- Quais seus maiores desafios com esses alunos?
- 6- A formação do professor deve ser específica na área de TEA para conseguir atuar nesse campo?
- 7- Conte alguma experiência positiva e uma negativa.
- 8- Na experiência do dia-a-dia você tem um bom suporte da escola?
- 9- Principais materiais usados na educação de alunos com TEA?
- 10- A participação da família é importante para o desenvolvimento desse aluno?



- 11- Quais benefícios você tem por atuar no atendimento do aluno com TEA?
  
- 12- Deixe sua contribuição para os futuros pedagogos que irão atuar nessa área.



<b>Acadêmico(a):</b>	Luevely Rogério do Prado Castro				
<b>CPF:</b>	<b>70670814164</b>	<b>RG:</b>		<b>TEL:</b>	<b>(62)984752891</b>
<b>Orientador:</b>	Me. Wilian Cândido				
<b>Instituição:</b>	Faculdade Católica de Anápolis.				
<b>Título do Trabalho:</b>	Estudo de caso				
<b>Objetivo:</b>	Analisar e levantar dados acerca da experiência de um professor da área da inclusão, para obter informações da importância desse professor no desenvolvimento do aluno com Transtorno do Espectro Autista(TEA) partindo da experiência do professor. Mostrando a importância da formação para receber esse aluno.				

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do (a) pesquisador(a) responsável. Os dados fornecidos serão mantidos sobre absoluto sigilo, mantendo a privacidade dos sujeitos envolvidos. Esclarecemos que não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Em caso de dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o(a) acadêmico(a) responsável pela pesquisa. Em casos de dúvidas sobre os



seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com a Secretaria Geral da Faculdade Católica de Anápolis no telefone: (62) 3328-8900 ou pelos e-mails: secretaria@catolicadeanapolis.edu.br / wiliancandido01@gmail.com

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
CPF nº \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), concordo em participar do estudo descrito acima como sujeito e AUTORIZO, através do presente termo, o (a) Pesquisador(a) a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização destes depoimentos para fins científicos e de estudos, em favor do(a) pesquisador(a) da pesquisa, acima especificado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve a qualquer penalidade.

Anápolis, \_\_\_\_\_ de maio de 2020.

Assinatura do sujeito ou responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura do(a)  
Acadêmico(a)/Pesquisador(a): \_\_\_\_\_



Kátia Cilene Camargo Silva  
Coordenadora Curso de Pedagogia  
Faculdade Católica de Anápolis

\_\_\_\_\_  
Profa. Ma. Kátia Cilene Camargo Silva

**Coordenação do Curso**



Wilian Cândido  
Ms. Ensino na Educação Básica

\_\_\_\_\_  
Prof. Me. Wilian Cândido

**Professor Orientador**